ISSN: 2446-6549
| Seção: Artigo |
http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e20955

INTERESPAÇO
Revista de Geografia e Interdisciplinaridade

Patrimônio cultural e memória coletiva em Altamira-PA

Cultural heritage and collective memory in Altamira-PA

Patrimonio cultural y memoria colectiva en Altamira-PA

Fernanda Cristine dos Santos Bengio
Doutora e Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Educação e Culturas Inclusivas – PPGP/PPGECI/UFPA.
febengio@ufpa.br / http://orcid.org/0000-0003-0184-6668

Samantha Kethely Andrade Santos
Graduada em Letras/Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará – UFPA.
samanthasant8s@gmail.com / http://orcid.org/0000-0001-7388-8766

Daniela Barbosa de Sousa
Graduada em Letras/Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará – UFPA.
daniela.sousa@altamira.ufpa.br / http://orcid.org/0000-0003-4655-4490

Recebido: 01/03/2023; Aceito: 03/07/2023; Publicado: 04/03/2025.

Resumo

O patrimônio cultural é um dispositivo ligado à história e memória de um grupo/comunidade. É um objeto que emerge de disputas de saberes e poderes, dentro de um território. Considerando que esse dispositivo tem sido pouco visibilizado frente às questões suscitadas pela construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, em Altamira-Pará, esta pesquisa objetivou interrogar a dinâmica atual entre memória coletiva e patrimônio cultural, nessa cidade. Trata-se de pesquisa documental com referencial teórico e metodológico foucaultiano. Foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas, questionando-se a relação dos sujeitos com o dispositivo patrimonial. Os materiais discursivos produzidos foram analisados com base na arqueogenealogia. Os resultados referendam a literatura sobre patrimônio cultural e memória, apontando que, em Altamira, os sujeitos construíram, ao longo de suas vivências, relações patrimoniais com determinados fazeres e objetos do território habitado, mesmo não havendo nessa cidade lugares e fazeres reconhecidos pela legislação patrimonial vigente. Esses patrimônios culturais afirmam suas histórias e memórias, feitas e refeitas, mediante processos de reterritorialização provocados pela UHE de Belo Monte.

Palavras-chave: Cidade e Memória; Belo Monte e Patrimônio Cultural; Território e Memória Coletiva.

Abstract

Cultural heritage is a device linked to the history and memory of a group/community. It is an object that emerges from disputes of knowledge and powers, within a territory. Considering that this device has been little visible in view of the issues raised by the construction of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant in Altamira-Pará, this research aimed to question the current dynamics between collective memory and cultural heritage in this city. This is a documentary research with Foucault's theoretical and methodological framework. Six semi-structured interviews were conducted, questioning the relationship of the subjects with the patrimonial device. The discursive

materials produced were analyzed based on archeogenealogy. The results refer to the literature on cultural heritage and memory, pointing out that, in Altamira, the subjects built, throughout their experiences, property relations with certain aspects and objects of the territory inhabited by them.

Keywords: City and Memory; Belo Monte and Cultural Heritage; Territory and Collective Memory.

Resumen

El patrimonio cultural es un dispositivo vinculado a la historia y a la memoria de un grupo/comunidad. Es un objeto que emerge de las disputas territoriales de saberes y poderes. Considerando que ha sido poco visibilizado frente a las cuestiones suscitadas por la construcción de la Central Hidroeléctrica (UHE, en portugués) de Belo Monte, en Altamira-Pará, esta investigación se propuso interrogar la dinámica actual entre memoria colectiva y patrimonio cultural. Se trata de una investigación documental con referencial teórico-metodológico foucaultiano. Fueron realizadas seis entrevistas semiestructuradas, cuestionándose la relación de los sujetos con el dispositivo patrimonial. Los materiales discursivos producidos fueron analizados con base en la arqueogenealogia. Los resultados refrendan la literatura sobre patrimonio cultural y memoria, mostrando que los sujetos construyeron durante sus vivencias, relaciones patrimoniales con determinados haceres y objetos del territorio, a pesar de que en la ciudad hay lugares y haceres reconocidos por la legislación patrimonial vigente. Esos patrimonios culturales afirman sus historias y memorias, hechas y rehechas, mediante procesos de reterritorialización provocados por la Central Hidroeléctrica.

Palabras clave: Ciudad y Memoria; Belo Monte y Patrimonio Cultural; Territorio y Memoria Colectiva.

Introdução

Foi bom lembrar da gente, tá falando das nossas lembranças, resgatando memórias.
(S2).

Reminiscências contam sobre aquilo que transpassou (e transpassa) nossos corpos, deixando neles marcas em um movimento de desfazimento e refazimento incessante dos modos de sentir e estar no mundo – aquilo que podemos chamar de desterritorialização, segundo Guattari (2012), impondo ao corpo a dissipação dos limites do eu.

Lembrar, esquecer e rememorar, enquanto fenômeno psicossocial, na sociedade contemporânea, ganharam novos sentidos, com o advento do patrimônio cultural, uma vez que ultrapassam os limites jurídicos do termo, apontando a estreita conexão desse dispositivo com o que é experienciado pelos sujeitos. E, por dispositivo, compreendemos o conjunto discursivo e não discursivo que, segundo Foucault (2015, p. 364), discrimina

> [...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.

Logo, o patrimônio cultural pode ser lido como um dispositivo, e os novos sentidos que emergem disso organizam espaços e movimentos identitários e de reconhecimento do direito à memória e história de grupos, muitos dos quais, por muito tempo, foram pressionados a ocupar papéis subalternizados. O patrimônio cultural é então definido por relações sociais em movimento, podendo ser considerado um construto social multifacetado e em desenvolvimento. Segundo Vogt (2008), trata-se de um conceito que sofreu diversas transformações, ao longo de mais de um século, remontando à herança e ao ato de transmiti-la. Ainda conforme esse autor, existe uma relação íntima entre patrimônio cultural e desenvolvimento social, o que confere uma feição singular às práticas de valorização e preservação desse dispositivo. Entretanto, a contemporaneidade impõe desafios às práticas de patrimonialização:

> De um lado, a mundialização e o desenvolvimento tecnológico redundaram na aceleração da história, provocando, como forma de reação, a necessidade de preservar traços da memória coletiva e aumentar os lugares de memória na tentativa de eternizar o passado. De outro lado, a globalização tem derrubado fronteiras e imposto a homogeneização do mundo, provocando a valorização do regional, do local, daquilo que é específico a povos ou grupos sociais ou étnicos. Em decorrência, passou a haver maior respeito à diversidade cultural. Esses fatores, combinados a outros tantos, contribuíram decisivamente para aprofundar e ampliar o conceito de patrimônio cultural (Vogt, 2008, p. 14).

À vista disso, cabe salientar que, em meio às disputas socioeconômicas que atravessam a constituição do patrimônio cultural, persiste o debate identitário intrínseco à questão da diversidade cultural. Costa e Castro (2008) situam no mesmo campo de problematização a identidade cultural, memória coletiva e práticas de patrimonialização:

> Patrimonializar uma tradição local atribuindo a ela importância de relevância nacional para a construção da memória, da identidade e da formação da sociedade brasileira por mais venerável que seja, é, de certa forma, expropriar as experiências vivenciadas possibilitando que esses saberes não mais se vinculem às paixões individuais que os mantêm vivos no interior do seu grupo portador. (Costa; Castro, 2008, p. 128).

Consequentemente, é correto afirmar que o patrimônio cultural é um dispositivo que indica disputa, embate, afirmação e obliteração. Desse modo, a legislação sobre o tema e suas aplicações não encerram em si as possibilidades de discussão. Outra abordagem pertinente é aquela ligada aos afetos e perceptos.

Segundo Deleuze e Guattari (2010), afetos e perceptos circulam entre os sujeitos e seus territórios, possibilitando movimentos incessantes dos corpos. Essa movência e enfrentamentos do patrimônio são costurados pela memória coletiva, a qual, segundo Maurice Halbwachs (1968), é um processo de reconstrução do passado vivido e

experimentado por determinado grupo social. Ou seja, o fenômeno de recordação e localização das lembranças não pode ser efetivamente analisado, se não forem levados em consideração os contextos sociais que atuam como base para o trabalho de reconstrução da memória, de maneira que nenhuma memória está apenas em uma dimensão individual.

A memória coletiva, portanto, constitui-se na interface da multiplicidade do vivido, emergindo como feito da modulação do material e do imaterial. Halbwachs (1968) afirma que a memória coletiva, assim como a individual, encontra seus limites no espaço e no tempo, porém, não encontra limite na experiência do vivido:

> É possível experienciar reminiscências de acontecimentos vividos por terceiros e assim como a memória coletiva é modulada ela também modula relações. Carrego comigo uma bagagem de lembranças históricas, que posso ampliar pela conversação ou pela leitura. Mas é uma memória emprestada e que não é minha. No pensamento nacional, esses acontecimentos deixaram um traço profundo, não somente porque as instituições foram modificadas, mas porque a tradição nelas subsiste muito viva em tal ou qual região do grupo, partido político, província, classe profissional ou mesmo em tal ou qual família; e em certos homens que delas conheceram pessoalmente as testemunhas (Halbwachs, 1968, p. 37).

Diante dessas questões, este texto tem como objetivo interrogar a dinâmica atual entre memória coletiva e patrimônio cultual, na cidade de Altamira, localizada na região sudoeste do estado do Pará. Para isso, é necessário considerar alguns aspectos sócio-históricos recentes ligados à formação desse território, tal qual a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte. Ela se apresenta como um empreendimento de grande porte e tem impactado profundamente a vida da população local, de sorte que essa condição social e ambiental da região costuma ser bastante visibilizada em diferentes pesquisas sobre esse empreendimento (Fearnside, 2009; Bermann, 2012; Fleury; Almeida, 2013; Miranda Neto, 2023).

Essas mudanças não se restringem à dimensão socioambiental, pois os impactos também são observados nas transformações de ordem sociocultural. O aspecto cultural dos sujeitos é parte integrante de quem eles são e como organizam suas relações uns com os outros e com o espaço habitado. Portanto, consideramos relevante que pesquisas busquem visibilizar esses acontecimentos, a fim de contribuir com estratégias de intervenção social capazes de propor a efetivação de direitos sociais e culturais das populações em situação de vulnerabilidade. A compreensão desse fenômeno exige do pesquisador um olhar transversal sobre as condições de vida apresentadas no campo de estudo, onde se deve observar com cuidado as dinâmicas socioculturais em cena.

Apontamentos teórico-metodológicos

Optamos por realizar uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratória, com análise documental. Creswell (2010, p. 26) afirma que a pesquisa qualitativa "[…] é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social, ou humano". Para Gil (2002, p. 42), a pesquisa exploratória proporciona "[…] maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito". Quanto aos materiais analisados, escolhemos o uso de entrevistas, consideradas documentos, podendo este estudo ser designado como documental quanto aos procedimentos.

A noção de documento aqui utilizada é a proposta por Le Goff (2003), um dos expoentes da Nova História Cultural, sobretudo àquela ligada à terceira fase da École d'Annales. Além de problematizar a produção do documento enquanto monumento, essa escola consolida a noção ampliada de documento (Le Goff, 2003), ou seja, o documento passa a ser reconhecido como resultado de um conjunto de escolhas. Esse fato coincide com a premissa de desnaturalização própria da Nova História Cultural, que se lança às descontinuidades da história, interrogando o caráter perpétuo e natural que é atribuído às práticas sociais.

Sobre o processo de construção dos "dados" produzidos em entrevistas, Manzini (1991, p. 150) argumenta que "[…] entrevistar significa envolver-se em processo de interação, significa interagir". Deste modo, as questões norteadoras buscaram instigar os entrevistados a compartilhar suas memórias sobre a cidade constituída por afetos, bem como a relação deles com a UHE de Belo Monte. Por conseguinte, preocupamo-nos em demasia com a "coleta e análise dos dados", levando em conta a importância do lugar de sujeito-pesquisador como aquele "sujeito suposto saber" – onisciente sobre uma verdade absoluta sobre as coisas e os seres – e de como essa condição pode, algumas vezes, convocar-nos a reafirmar discursos e práticas maniqueístas sobre alguns acontecimentos, perdendo de vista a dimensão analítica e ética do respeito à experiência imediata dos sujeitos-participantes.

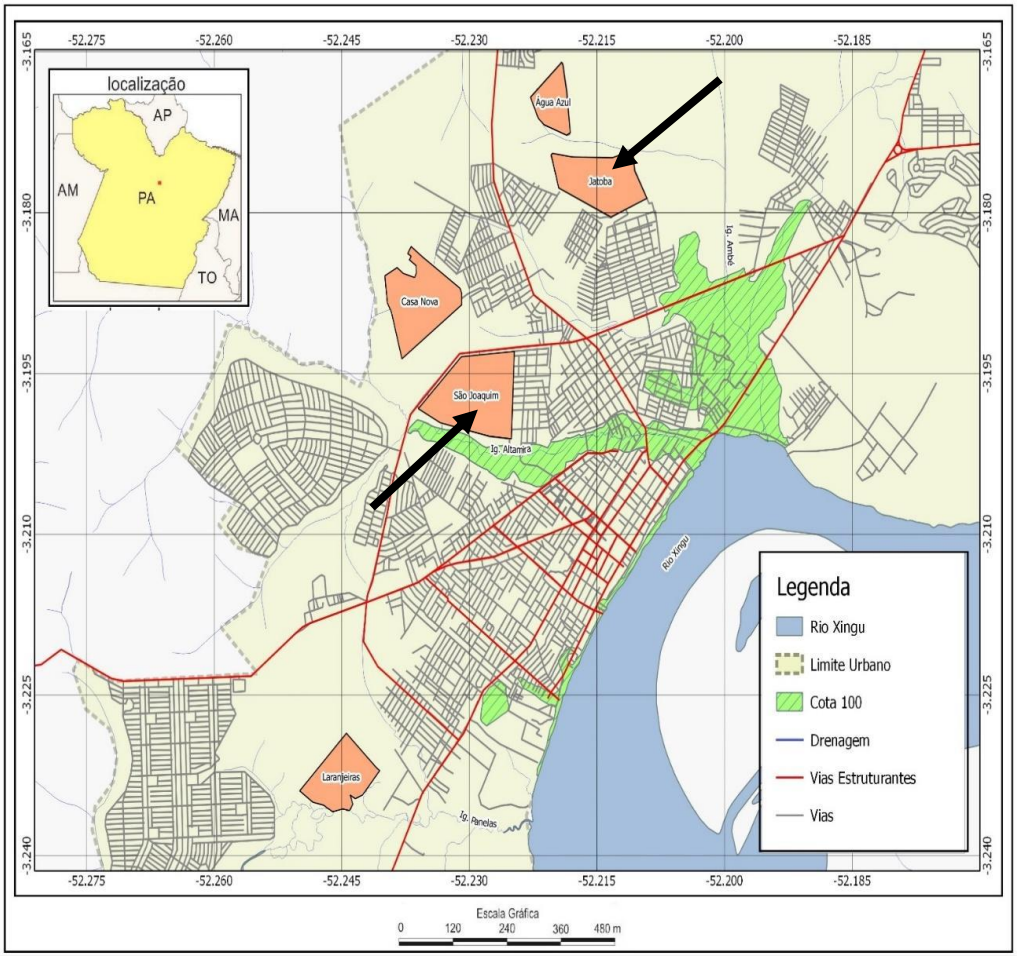
Com esses balizamentos éticos, optamos por fazer uso de entrevistas semiestruturadas, a fim de visibilizar as narrativas acerca da memória coletiva e do patrimônio cultural dos sujeitos afetados pela construção da UHE de Belo Monte. Realizamos seis entrevistas semiestruturadas, gravadas, transcritas e organizadas em séries discursivas. Tais séries foram cotejadas com a literatura sobre o tema do patrimônio cultural, memória coletiva e com o referencial foucaultiano.

Os participantes da pesquisa foram identificados como S1, S2, S3, S4, S5 e S6. Ressaltamos que esta investigação está em conformidade com as orientações do Conselho Nacional de Saúde, quanto às pesquisas envolvendo seres humanos, possuindo parecer favorável à sua realização – Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 47613621.8.0000.0018.

É importante sublinhar que essas entrevistas são consideradas aqui como documentos forjados por múltiplos interesses, tendo em vista a noção ampliada de documento proposta por Le Goff (2003). Os sujeitos que participaram da pesquisa fazem parte de dois recortes populacionais, de amostras não probabilísticas.

Dentre os seis participantes, quatro deles foram remanejados com a construção da UHE de Belo Monte e dois habitam a parte da cidade com melhor infraestrutura urbana. Os sujeitos realocados viviam em "palafitas"[1], no centro urbano de Altamira, e passaram a habitar territórios mais distantes, os chamados Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), em especial, os RUCs de Jatobá e São Joaquim, com a seguinte localização:

Figura 1. Localização dos Reassentamentos Urbanos Coletivos em Altamira-PA



Fonte: <https://ledtam.ufpa.br/index.php/pt-br/mapas/9-reassentamento-urbano-coletivo/detail/40-reassentamento-urbano-coletivo>.

[1] Habitação, geralmente de madeira, construída em área alagadiça, sobre troncos.

Sobre as proposições metodológicas foucaultianas, Ferreira-Neto (2015, p. 414) explica que Foucault constrói um "certo arcabouço teórico-conceitual amplo", sempre advertindo seu leitor a não o tomar como um sistema fechado em si mesmo, porém, como um conjunto de ferramentas que poderia ser usado em outras investigações. Assim, a análise do discurso, neste texto, utiliza-se da arqueogenealogia, um arranjo teórico e metodológico que permite interrogar as relações de saber e de poder e os efeitos de verdade que daí emergem.

Os discursos são tomados como práticas que produzem efeitos de verdade e apontam a historicidade de sua produção, uma historicidade que atravessa os corpos dos indivíduos, assujeitando-os a um determinado regime de verdade. No embate constante de saberes e poderes é que são forjadas as subjetividades, ou os modos de ser, sentir, agir e pensar. Para Thiry-Cherques (2010), é realmente difícil conjecturar um único procedimento de pesquisa reproduzido por Foucault. O autor afirma:

> Seu legado epistemológico é de outra natureza. Desdobra-se em três dimensões: a do dever para com a verdade, acima e além dos compromissos com métodos e filiações ideológicas; a do esforço analítico exaustivo, sem pressupostos e sem fronteiras; e a da busca de um olhar novo sobre os temas e as teorias (Thiry-Cherques, 2010, p. 216).

O exercício da análise arqueogenealógica exige do pesquisador a compreensão de que não basta interpretar o documento, a fim de determinar se diz a verdade, mas retrata a necessidade de trabalhá-lo na sua base, interrogando as continuidades e descontinuidades nele presentes (Foucault, 2010), pois as práticas discursivas e não discursivas são acontecimentos que produzem efeitos de verdade.

Assim, cabe frisar que não faz parte do escopo arqueogenealógico interpretar o sujeito em busca de sua suposta essência ou desvelar uma verdade que estaria escondida por trás do discurso. No enquadramento arqueogenealógico as coisas são o que são e os sujeitos são efeitos das relações de saber e poder, daí a importância de compreender como tais relações se estabelecem.

As séries discursivas elencadas neste texto foram definidas após a transcrição das gravações das entrevistas. Em termos operacionais, a organização dessas séries indica o agrupamento de enunciados de mesma temática ou de temáticas correlatas que compõem os documentos. Assim, uma série discursiva pode ser definida, livremente, como um conjunto de enunciados.

Desse modo, reafirmamos que a arqueogenealogia busca realizar a análise das relações de saber e de poder que produzem determinados modos de ser, ou que podemos chamar, dentro da analítica foucaultiana, de modos de subjetivação, ocupando-se assim da

"[...] articulação do corpo com a história [...]" (Foucault, 2015, p. 65), condição na qual o sujeito está sempre em vias de desfazimento de si, em favor de novos modos de ser: "O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização" (Foucault, 2015, p. 65).

Essa condição de inscrição de acontecimentos e perpétua pulverização do Eu à qual Foucault (2015) se refere, ocorre em um espaço atravessado pela multiplicidade da história e da memória, ou seja, um território constantemente tensionado pelas forças em cena. Assim, nesta pesquisa, as entrevistas, compreendidas enquanto documentos-monumentos, possibilitaram visualizar algumas tensões produzidas pela UHE de Belo Monte, na intersecção entre memória coletiva e patrimônio cultural, nesse território. Dessa maneira, foram pinçadas três séries discursivas: Patrimônio, memória e território; UHE de Belo Monte e memória coletiva; e Movência do patrimônio.

Essas séries discursivas sinalizam alguns (e não todos) efeitos da relação entre patrimônio cultural e memória coletiva em Altamira-Pa, no contexto da UHE de Belo Monte. Em nenhum momento colocamo-nos na posição de afirmar verdades últimas sobre o tema abordado. A organização desta escrita buscou visibilizar os principais dispositivos que materializam a relação dos sujeitos entrevistados com o território. E como a arqueogenealogia não se debruça sobre a essência do indivíduo, mas compreende o sujeito como um efeito provisório das relações de saber e de poder, as análises-afirmações precisaram recuperar a emergência de determinados acontecimentos que forjam processos de subjetivação.

Resultados e discussão

Identificar e problematizar as intersecções entre o patrimônio cultural e a memória coletiva, em Altamira-PA, é um processo que demanda um olhar cuidadoso, frente aos processos de territorialização dessa cidade. A valorização dos elementos culturais de um grupo afirma a perpetuação de suas histórias e modos de habitar o espaço. Essa consideração é importante, em face da condição de produção do território, tomado como um espaço múltiplo conformado pelo intenso processo de trocas culturais, em interface com atividades econômicas. Assim, interrogar tais processos de territorialização, na cidade de Altamira, leva-nos às relações de produção de subjetividades diante das transformações sociais, econômicas, culturais e políticas decorrentes da construção da usina hidrelétrica de

Belo Monte, congregando um conjunto de acontecimentos dos quais recortamos a relação entre patrimônio cultural e memória.

A ampliação da noção de patrimônio encontra eco na multiplicidade das práticas históricas e sociais dos grupos humanos e, do ponto de vista da legislação vigente, divide-se em patrimônio material e imaterial. Contudo, pesquisas recentes sinalizam que essa dicotomia não deve ser tomada como absoluta, tendo em vista que as teias de sentidos e tensões que produzem o patrimônio, material e imaterial encontram-se tão imbricadas uma à outra, que tal divisão parece ter um caráter muito mais pragmático do que experiencial (Bengio, 2023; Zanirato et al., 2021). Em resumo, isso indica que a materialidade do patrimônio só reverbera por causa dos sentidos a eles atribuídos, ou seja, pelos aspectos intangíveis que ele suscita nos grupos/comunidades.

Essa imaterialidade atravessa toda a constituição intersubjetiva e intrassubjetiva dos sujeitos. Conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o patrimônio imaterial é constituído pelas práticas e expressões intangíveis transmitidas de geração em geração, recriadas em virtude do território habitado (UNESCO, 2003). Essa definição coincide com o fato de a manutenção da memória coletiva depender do contato dos sujeitos e grupos com o objeto, fatos e lugares (Halbwachs, 1968). Por conseguinte, podemos sustentar que a memória é cosmológica, cosmográfica e histórica (Aguilar Pinto, 2011). Essas questões foram problematizadas no território altamirense, com base nas séries discursivas organizadas abaixo. Por meio delas, identificamos as ruas, as festas tradicionais e, principalmente, a Orla do Cais, como dispositivos patrimoniais que mobilizam memórias e histórias nesse território.

Patrimônio, memória e território

> A Rua Magalhães Barata, que foi onde eu cresci e, após 30 anos, eu continuo residindo no mesmo lugar. E a minha família tem uma certa história, que é a família B., essa época da minha vida, que até hoje, né?, que ainda continuo residindo na mesma casa que a minha vó deixou, é, não saí, continuo morando lá com a minha família. (S1)

> Onde Altamira começou a ser construída pelos jesuítas, na época, salvo engano, acho que foi no Igarapé Altamira, então, a Orla é um importante cenário histórico pra região, por que foi a partir daí que Altamira foi crescendo pra trás, porque ali é a frente da cidade, então, a partir dali, Altamira foi desenvolvendo, então, destaco um cenário cultural e histórico, a Orla, seja um local de suma importância aqui nosso município. (S2)

> [...] eu creio que, para mim, seja um patrimônio cultural material. Orla, a questão da praça do Matias, o próprio Instituto Maria de Matias, eu vejo isso como patrimônio cultural, que o Instituto Maria de Mattias formou muitas pessoas, eu sou a terceira geração que foi formada da minha família, então, o Instituto tem uma carga cultural muito grande, porque eles formaram vários cidadãos. (S1)

> Orla do Cais muito marcante para história de Altamira e também a Catedral, e foi ali que começou, até porque Altamira foi desenvolvida por católicos, né?, jesuítas, na verdade, então, esses são os pontos mais marcantes da cidade. (S3).

Notamos que uma rua, uma escola, uma igreja e a beira do rio são sinalizados por esses sujeitos como importantes elementos da história e memória construída em Altamira. A dinâmica doméstica de reconhecimento de um morador, por pertencer à "família B.", mesmo que nem receba uma nota de rodapé da história oficial da cidade, ganha destaque, ao vislumbrarmos que o nome de família mostra como a historicidade das práticas atravessa seu corpo. É um exemplo de sujeitos, que não apenas vivem a história do lugar, como também a produzem ativamente, por meio de suas memórias, ligadas à materialidade do território habitado.

A orla da cidade aparece em mais de um enunciado como um significativo dispositivo no território, sugerindo a mobilização de sentidos e memórias dos sujeitos que com ela se relacionam. É um espaço de passagem e também de encontro, nele circulam diferentes sujeitos com diferentes histórias de vida. A partilha de memórias que se constrói e reconstrói no uso cotidiano da cidade, aparece também na enunciação do participante S1, ao falar da escola e de como ao menos três gerações de sua família passaram pela instituição educacional. O Maria de Mattias foi inaugurado na década de 1930, como um lugar de acolhimento de órfãos, e só se institucionaliza como escola, na década de 50.

Foucault (2015, p. 250) nos lembra que o território, antes de ser uma noção geográfica, é "aquilo que é controlado por um certo tipo de poder". Dentre os dispositivos ressaltados pelos participantes, a rua e a escola possuem ligação com história de autoritarismo e colonialismo que atravessa os Brasis. Magalhães Barata foi um interventor federal no Estado do Pará, durante a década de 1930, enquanto o Instituto Maria de Matias sinaliza a importância da Igreja Católica na política de educação e na apropriação do território amazônico, com todas as contradições que essa instituição (Igreja) exprime, nesse espaço.

A rua Magalhães Barata, a Orla e o Instituto Maria de Mattias fazem parte de um dos primeiros núcleos históricos da cidade, ou seja, trata-se dos primeiros assentamentos de Altamira. Sobre esse processo de organização, Miranda Neto (2023, p. 3) informa:

> Em Altamira, a primeira representação efetiva da desigualdade socioespacial foi aquela que dividiu, no final do século XVIII, o espaço da casa grande, pertencente ao coronel Gaioso, da área de habitação dos escravos. Mais tarde, o espaço de residência dos escravos se torna o sítio inicial de assentamento da cidade, formando um núcleo histórico entre o igarapé Altamira e o rio Xingu. Com a ascensão da economia da borracha no início do século XX, desenvolve-se uma área central onde se localizam a praça, a igreja, os trapiches das embarcações e os estabelecimentos ligados ao setor terciário.

Os lugares realçados nos discursos desses sujeitos remetem não só à historicidade de suas vivências, mas também aos elementos materiais que perpetuam a memória, nesse território. Nesses espaços são compartilhados múltiplos elementos de sociabilidade, com vieses local e nacional, a exemplo da história colonial e cristã do Brasil. O espaço onde se vive congrega narrativas de diversas ordens, que organizam relações e incidem sobre os sujeitos e sobre o próprio espaço, forjando processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Para Foucault (1995), colocar o sujeito em situações de produção e de significação é, também, posicioná-lo em relações de poder complexas (Foucault, 1995), em uma dinâmica imanente à construção do patrimônio cultural de uma sociedade/grupos.

Ao longo de seu debate teórico-epistemológico, o patrimônio cultural compreende que os grupos constroem relações com práticas, espaços e formas de se viver, configurando suas experiências patrimoniais. Ou seja, daquilo que elegem como instrumentos de agenciamento coletivo na produção subjetiva de modos de existir. Já a memória coletiva é construída no cotidiano, mediada pelo contexto material e imaterial dos sujeitos. Quando o participante S1 sinaliza a existência de uma "certa história", que é a sua e da sua família, intimamente ligada à materialidade do lugar habitado, conecta essas memórias individuais ao aspecto coletivo imanente da vida partilhada na cidade. O participante destaca a rua como esse espaço que agrega outras micro-histórias que se emaranham à sua.

Assim, podemos afirmar que os possíveis da memória coletiva são intrínsecos aos modos de ser, que se vinculam aos agenciamentos coletivos. Isso significa que dependem dos encontros que não se dão apenas entre pessoas, mas que se fazem em anonimatos, com objetos, lugares e nas incertezas (Deleuze; Guattari, 2010).

Patrimônio, memória e território

> Eu creio que deveria ser mais é bem aproveitado essa questão do patrimônio cultural, deveria ter mais investimento por parte do poder público, deveria ser mais fomentado, eu queria que, se houvesse uma maior efetividade da participação do poder público, algumas coisas não se perderiam com o tempo [...] e infelizmente, apesar dos grupos folclóricos se reunirem todos os anos, apertar o poder público para fazer essa parceria para realizar o festival folclórico, eu tenho visto que isso está diminuindo e o receio é de que um dia chegue ao fim, mas é isso, deveria haver mais efetividade do poder público tanto na esfera municipal quanto estadual. (S1)

> As festas, quadrilha, né? Por que é o que tem, né?, para as pessoas. (S5)

> A Orla de Altamira é um patrimônio, né?, e tem várias por aí, acaba que a gente esquece na hora da entrevista, mas são esses, a Orla, o mirante, algumas escolas aí, que tem uns eventos bem antigos aí, que é cultural também. (S4)

> Por que o que mais tem de importante aqui em Altamira, para nós passear com a família, é a praça e o cais. Uma coisa antiga que tem. (S5)

As incertezas da continuidade de práticas culturais destacadas na série discursiva acima, como as quadrilhas, sugerem certo abandono do poder público na manutenção de algumas práticas culturais. Quanto a isso, Pelegrini e Funari (2008, p. 28) destacam o lugar das políticas culturais na legitimidade e manutenção de dispositivos patrimoniais: "O conceito de patrimônio cultural, na verdade, está imbricado com as identidades sociais e resulta, primeiro das políticas do estado nacional e, em seguida, do seu questionamento no quadro da defesa da diversidade".

No âmbito da política patrimonial, muitas vezes a continuidade de uma prática imaterial depende de gestores sensíveis às tradições locais, compreendidas como aspectos das vivências dos sujeitos em sua relação com o lugar e com a comunidade habitada. Contudo, do ponto de vista das práticas imateriais, elas dependem também da memória viva, ou seja, da inclinação dos grupos/comunidades/sujeitos em experimentá-las cotidianamente, pois são práticas e memórias que se tecem nos corpos dos sujeitos. Assim, lida-se com nuances das possibilidades de fazer e refazer os sentidos do habitar lugares e existências .

Durante as entrevistas, notamos que nem sempre nomear os elementos da cidade que engendram as memórias e histórias dos sujeitos é um processo simples. O sentimento de conhecer tais elementos e/ou saber de sua importância mescla-se com a necessidade de precisar uma resposta que, em um encontro forjado pelo interesse da pesquisa, o que exige tradução de um sentido que ainda não tem forma definida naquele instante. Os afetos que movem os dispositivos patrimoniais, junto ao corpo do sujeito-participante da pesquisa, indicam um saber-ser e saber-ter produzido pela força da experiência, como aquilo que move o sujeito, mobilizando nele sensações e sentidos sobre o território habitado. Sobre essa questão é importante o que Bosi (2003, p. 44) informa sobre o processo de escuta envolvido em pesquisas que utilizam a entrevista como meio para acessar memórias:

> Ouvindo depoimentos orais constatamos que o sujeito mnêmico não lembra uma ou outra imagem. Ele evoca, dá voz, faz falar, diz de novo o conteúdo de suas vivências. Enquanto evoca o que ele está vivendo atualmente e com uma intensidade nova sua experiência.

Dotar práticas, objetos e lugares como patrimônio cultural é investir nos elementos significados e partilhados por um grupo ou comunidade. Sobre isso, Magalhães (2006) interroga: o fato de uma prática/objeto patrimonial ser esquecida não seria uma pista de

que ela não tem mais sentido para determinado corpo social? Seu questionamento surge, ao ponderar que a existência de um sentido coletivo, nas práticas culturais, é fundamental para sua validação. No contexto de Altamira e Belo Monte, essa é uma questão que precisa de maior aprofundamento empírico, levando-se em conta a formação social desse território, marcado pelo processo intenso de migração e profundas transformações estruturais provocadas pelo uso do território, a partir de projetos de grande e médio porte.

A cidade de Altamira, localizada na região da Transamazônica, na bacia hidrográfica do rio Xingu, é um território marcado por intenso processo de migração e conflitos socioterritoriais. Guerra (2014) problematiza essa transformação na área central de Altamira, apontando a relação entre a especulação imobiliária, a transformação de edificações históricas e a construção da UHE de Belo Monte. Explica que a construção da usina e o salto populacional, via migração, produziram um forte processo de especulação imobiliária. Nesse cenário, muitos prédios antigos foram transformados em hotéis, restaurantes e similares, sem o devido acompanhamento patrimonial.

Essas transformações estruturais são enunciadas pelos participantes da pesquisa, como pode ser notado na série discursiva abaixo destacada. É possível inferir que os processos de reterritorialização, em Altamira, produzidos tanto pelos processos de realocação dos indivíduos quanto pelos novos e múltiplos desdobramentos que a UHE de Belo Monte trouxe à cidade, reconfiguram as memórias e aquilo que os sujeitos concebem como práticas patrimoniais.

UHE de Belo Monte e memória coletiva

> Foi uma melhora. Mudou de lá pra cá (refere-se a ir morar no RUC). A gente morava em uma situação muito vulnerável, assim, a doenças a riscos, e hoje não. A gente não tinha saneamento básico, rede de esgoto, tinha nada. (S6)

> Sim, a gente reagiu com uma positividade muito grande, né? De trabalho, de moradia, né? Porque morávamos em área de risco, palafita, e depois a gente tá bem melhor. (S1)

> Com o advento da construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte, Altamira começou a se tornar uma cidade, um polo universitário, antigamente, nós tínhamos poucos cursos aqui, somente eram nas universidades públicas, UFPA (Universidade Federal do Pará), UEPA (Universidade do Estado do Pará). E a partir da construção da Hidroelétrica de Belo Monte, vieram outras instituições de ensino superior com outros cursos, como Engenharia Civil, Eletrônica, Curso de Direito, inclusive o curso de Medicina na UFPA (S1.)

> E, por partes na vida empresarial, meio que teria aumentado os lucros, devido, enfim, à oferta e demanda de imóveis, faltava mão de obra, devidos os salários que eles colocavam, era mais atrativo trabalhar no consórcio que no comércio local [...]. Na vida pessoal, eu posso dizer que... e... isso, alto custo elevado dos

> produtos e subsídio alimentação, transporte, entendeu? Moradia muitos elevados. (S3)

O ponto mais polêmico desta pesquisa talvez seja o que trata sobre a UHE de Belo Monte. Para podermos dimensionar com cuidado a série discursiva em destaque "UHE de Belo Monte e memória coletiva" é válido considerar que a memória histórica nem sempre coincidirá com a memória coletiva dos sujeitos/grupos – e nem tem tal obrigação. Sobre isso, Halbwachs (1968, p. 58) informa que a memória coletiva se diferencia da história.

> É uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição ela não ultrapassa os limites deste grupo.

Desta maneira, é compreensível que não haja correspondência entre o discurso dos grupos ligados à defesa do meio ambiente, que denunciam os impactos socioambientais da construção da barragem, e o discurso dos entrevistados nesta pesquisa. Fleury e Almeida (2013, p. 153), ao descreverem e analisarem as tensões que envolveram o processo da construção da UHE de Belo Monte, asseveram que:

> Enquanto premissa de melhorias na qualidade de vida, o desenvolvimento é visto como unanimidade, no entanto, sabe-se que, como modelo geral de modernização, não são todos os que cabem como beneficiários do processo. Na disputa pela redefinição dos critérios de interpretação do desenvolvimento, a cultura e a natureza – não como entidades abstratas a serem conservadas, mas como possibilidade de existência das comunidades, terra a ser plantada e frutos do trabalho – são mobilizadas pelas comunidades locais para se confrontar o uso de critérios como geração de energia e crescimento. Contudo, essas demandas por definição de critérios não ressoam na decisão sobre políticas públicas, que em muitos dos casos, mais do que desenvolvimento geram conflitos.

Essa condição contestável da compreensão e dos usos do conceito de desenvolvimento pode ser observada nos enunciados das séries discursivas que tratam sobre a UHE de Belo Monte. Os impactos gerados por este empreendimento na região de instalação e adjacências é inegável. Na experiência imediata dos entrevistados essas consequências aparecem de modo positivado, quando comparam as condições de habitação – palafitas – antes da construção da barragem. A precariedade da vida de alguns sujeitos suscita a ausência de políticas públicas como habitação e saneamento básico, e parecem produzir o entendimento de que a barragem e seus efeitos são necessários para o desenvolvimento social.

De fato, as condicionalidades da instalação do projeto não transformaram apenas o panorama socioterritorial de meia dúzia de indivíduos, pois, como enuncia o participante S1, a universidade pública também foi atendida neste processo; uma instituição social importante para o desenvolvimento socioeconômico de qualquer região.

Ainda acerca dessas transformações socioespaciais, nesse município, Miranda Neto (2023) problematiza o que chama de "janela imobiliária", a fim de compreender como a UHE de Belo Monte tem incidido sobre a dinâmica imobiliária, na região. Esse autor destaca que o crescimento da malha urbana em Altamira data da década de 1970, contudo, a construção da usina ensejou "uma maior densificação da ocupação" (Miranda Neto, 2023, p. 10), sendo observável o usufruto de espaços não ocupados com empreendimentos anteriores. A construção da usina, entre 2010 e 2015, redefiniu o mapa de espaços ocupados na cidade, com ênfase na construção dos RUCs, que, nessa localidade, estão distantes do sítio considerado mais denso da urbe.

Além dessa dinâmica ocupacional do território, acreditamos ser oportuno mencionar a ausência de uma diretoria, um departamento ou uma coordenadoria, na estrutura organizacional ligada ao patrimônio cultural, na prefeitura de Altamira. No *site*[2] oficial da gestão municipal, não se identifica um órgão que, de fato, organize a política patrimonial, nesse território. Apenas a Secretaria Municipal de Cultura aparece como responsável pelas eventuais políticas patrimoniais na região. Por meio desse *site*, não foi possível encontrar, em Altamira, qualquer informação oficial sobre bens tombados ou registrados, ou sobre ações concretas de salvaguarda, preservação ou conservação de bens culturais.

UHE de Belo Monte e memória coletiva

> Perdemos algumas coisas próximas internas. A praia da Prainha era uma coisa bacana, que você ia final de semana; perdemos o Pedral, que era um ambiente, a praia do Pajé, que perdemos aqui. Como ribeirinhos gosta de praia, questões mais voltadas ao rio, então, a gente perdeu muito devido à elevação do rio, então, minhas lembranças são essas, assim, esses lugares. (S3)

> Eu creio que deveria ser mais é bem aproveitado essa questão do patrimônio cultural, deveria ter mais investimento por parte do poder público, deveria ser mais fomentado, eu queria que se, houvesse uma maior efetividade da participação do poder público, algumas coisas não se perderiam com o tempo. (S2)

A memória coletiva associada à construção da UHE de Belo Monte é bastante conflituosa. Do ponto de vista dos serviços, há uma percepção bastante positiva. Contudo, no que se refere à moradia, os altos preços dos imóveis (alugados) são listados como

[2] Disponível em: <https://altamira.pa.gov.br/>. Acesso em: 30 nov. 2022.

negativos. Decerto, as polêmicas envolvendo a construção dessa usina não se restringem ao alto custo de vida.

Apesar de os participantes da pesquisa não se identificarem como representantes de populações tradicionais, é salientado que a relação deles com o rio mudou. A perda da "Prainha" e do "Pedral" sinaliza como estes lugares da memória foram afetados pela construção da barragem. Em uma região em que o lazer se liga em grande parte aos atrativos naturais da paisagem, certamente estamos diante de uma perda que está em processamento no que se refere à dimensão socioafetiva de modos de existir. A força dessas memórias mantém-se pelo modo que afetam os corpos dos sujeitos que evocam tais lembranças. Um estado nostálgico que forja novas formas de se relacionar com a cidade transmutada.

Como enfatizam Fleury e Almeida (2013), os primeiros passos desse projeto desenvolvimentista foram dados em 1975, e sempre esteve marcado por conflitos com as populações tradicionais e os defensores do meio ambiente. Essa condição é ressaltada pelos sujeitos que habitam o território, ao destacarem as extinções de algumas praias próximas ao centro urbano. Para esses sujeitos, o encontro com o rio é permeado por afetos que modulam suas memórias e suas histórias. Foucault (2015) assevera que as práticas sociais engendram domínios de saber que fazem aparecer novos objetos, sujeitos e sujeitos do conhecimento; por meio dessa afirmação foucaultiana inferimos que as novas formas de conhecer e habitar a cidade de Altamira, traçadas pela construção da UHE de Belo Monte, incidem nos corpos dos sujeitos por elas afetados, produzindo dinâmicas diferentes de habitar esse território.

Certamente, a depender das raízes socioeconômicas, raciais e educacionais de um indivíduo, a sua análise sobre determinado acontecimento poderá ser divergente. No contexto da UHE de Belo Monte, não é diferente: a existência de grupos diversos, indígenas de diferentes etnias, agricultores, caçadores, garimpeiros, professores, advogados, ribeirinhos da zona mais urbana ou da mais rural, todo(a)s, sem distinção, apresentam variadas ideias acerca dos impactos causados pela UHE, conforme apontam Fleury e Almeida (2013).

Apesar de essa multiplicidade de visões não aparecerem nas narrativas desses sujeitos-participantes, observamos que um fato é comum a todos os entrevistados: o impacto causado pela hidrelétrica modificou, irreversivelmente, seus modos de vida, os modos de pensar, de agir, de produzir e a relação com os patrimônios materiais e imateriais da cidade; todos, de alguma forma, relatam "sentir falta" de determinadas coisas (ou pessoas), as quais, a seu modo, formaram a consciência coletiva da cidade e sobre a cidade.

Trata-se de reafirmar a singularidade do encontro entre os sujeitos e o processo de territorialização e reterritorialização, que nos convoca a interrogar os dispositivos presentes no espaço habitado, dentre os quais enfatizamos o patrimônio cultural. Os sentidos desse dispositivo estão intimamente relacionados com a maneira pela qual os indivíduos organizam e experienciam suas vidas.

E isso é possível, por meio da construção de uma memória coletiva sobre lugares, pessoas, objetos e demais condições de produção do existir. Para Halbwachs (1968), não existe uma memória universal, de sorte que o caráter coletivo da memória constitui um recorte de tempo e espaço que pode conter uma multiplicidade de temporalidades. Assim, tratar de memória coletiva é um exercício de reflexão sobre as disputas pelos usos do espaço.

> A memória coletiva avança, no passado até certo limite, mais ou menos longínquo aliás, segundo se trate deste ou daquele grupo. Para além desse limite ela não atinge mais os acontecimentos e as pessoas numa apreensão direta. Ora, é precisamente aquilo que se encontra além desse limite que detém, a atenção da história (Halbwachs, 1968, p. 75).

Diante das questões levantadas até aqui, é imperativo reiterar que a memória coletiva produzida em Altamira guarda profundamente relação com a construção da UHE de Belo Monte. Nesse recorte, sublinhamos o processo migratório que fez a densidade populacional aumentar velozmente, conforme explica Miranda Neto (2023), bem como a própria alteração hídrica que se compôs como forte acontecimento na reconstrução da relação dos sujeitos com o rio, a exemplo da perda da praia[3], conforme relata, abaixo, um dos participantes. Vê-se então a constituição de uma relação em movimento, a relação entre patrimônio cultural e memória, agenciada pela movência que os afetos produzem e pelos efeitos de singularização dos modos de ser, dos quais resultam corpos, situados historicamente em um território, e efeitos de relações múltiplas de saberes e poderes.

Movência do patrimônio

> Então, Altamira não tem uma cultura própria só de Altamira, tem de várias pessoas, de várias regiões, de vários estados, com monte de culturas, que tão unidas e pessoas é... faz a sua cultura de vários outros estados, não só a cultura nossa, aqui, traz pra cá, que eu vejo muito aqui, que o povo gosta é o carimbó, essas coisas daí de Belém, regional nossa, mas não tem uma cultura própria de Altamira, no meu ponto de vista, mas eu gosto da mistura que tem aqui, acho legal, é livre. (S4)

[3] Nessa região do país, são comuns as praias de rio, ou praias de água doce, como também são conhecidas. Trata-se de extensões de areia à beira dos rios.

> E a gente não ter mais o que tínhamos antes, com a chegada da usina, nós perdemos a praia que era perto da cidade e não temos mais. (S6)

> Bem antiga mesmo, onde era o anel viário aqui, enfim, transposição conhecido como anel viário. Ali era um igarapé, um rio, uma ponte, e minha mãe me levava todos os sábados pra lavar roupa junto com ela e minha lembrança era ali que, ao mesmo tempo que eu ajudava ela a lavar roupa, eu brincava com amigos, então, essa e a minha melhor lembrança que eu tenho de Altamira. (S3)

> Foi bom lembrar da gente, tá falando das nossas lembranças, resgatando memórias. (S2)

Nascimento (2011) enquadra as memórias como subjetivas e sociais, particulares e, ao mesmo tempo, partilhadas. Situa as narrativas como modos de coletivização das memórias, as quais contribuem para a vivência da experiência e permitem aos sujeitos sentirem-se ligados ao meio em que vivem. Ao problematizar a diminuição dessas experiências, em virtude da arte de contar que estaria se perdendo, ressalta o papel social da paisagem urbana, nesse processo de manutenção da memória.

É nessa direção que os dispositivos patrimoniais do território e as memórias a eles associadas pressupõem o exercício de poder, que molda a dinâmica sociocultural dos sujeitos, marcando territórios e seus corpos, produzindo modos de subjetivação, pois os sujeitos habitam esse espaço, o qual, de modo algum, é neutro:

> O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo [...]. O indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário (Foucault, 1999, p. 35).

Compreender o sujeito como efeito dessas relações de saber e de poder indica que as práticas imanentes às relações intersubjetivas são assinaladas pela historicidade que produz a cidade, para além de um amontoado de concreto, correria e barulho. Considerar isto é reconhecer que a natureza dessas relações é caracterizada como ação sobre ação, em que há o reconhecimento do outro como sujeito com potência de agir (Foucault, 1995) e, por conseguinte, permite aos indivíduos se produzirem enquanto sujeitos, nessa dinâmica. A construção de uma história do presente que seja política e ética exige que tais relações sejam sopesadas na analítica dos sujeitos e de seus territórios.

Considerações Finais

É possível observar, nas séries discursivas destacadas, os dispositivos do território que são significativos para esses sujeitos, na constituição de suas histórias e memórias, os

quais designamos, neste texto, como patrimônio cultural, com base na literatura sobre o tema. Determinados prédios, como o colégio Maria de Mattias, ou outros lugares, como a Orla do Cais, a Rua Magalhães Barata, citados pelos entrevistados, indicam que as memórias dos sujeitos estão ligadas a espaços físicos, não somente ao aspecto intangível das suas condições de vida.

Apesar de os dispositivos territoriais citados nas entrevistas não estarem sob o guarda-chuva jurídico do patrimônio cultural, eles conservam íntima relação com as descrições da literatura sobre a importância experiencial do patrimônio cultural com a vivência dos sujeitos.

Importante notar ainda que, na realocação dos sujeitos das chamadas "palafitas" para os respectivos reassentamentos urbanos coletivos, podemos enquadrar esse acontecimento como parte do que Guattari (2012) denomina desterritorialização, um movimento que pode ser apreendido como desfazimento dos limites do eu, no território, que irá se refazer – não apenas, mas quase sempre – mediante as novas configurações do espaço habitado, tendo em vista a significância que o espaço tem para os sujeitos. Essa é uma condição importante desta pesquisa, uma vez que consideramos a construção da UHE de Belo Monte, empreendimento de grande porte que tem impactado profundamente a vida da população local, como analisador principal da relação entre patrimônio cultural e memória coletiva, em Altamira/PA.

Salientamos também que todos os entrevistados ressaltam a ausência do poder público, no que diz respeito ao papel mantenedor das áreas e memórias elencadas, por eles, como patrimônio cultural da cidade. O sentimento de abandono parece ser geral entre os entrevistados, principalmente depois da implementação da UHE de Belo Monte. Entretanto, o que se destaca, nesse recorte, é o desaparecimento de alguns costumes e festas que dialogam com práticas patrimoniais e memória coletiva, como o Festival Folclórico de Altamira, o qual parece padecer de apoio do poder público municipal.

O patrimônio cultural é determinado através da herança do passado e daquilo que o povo cria, hoje. É composto de todos os bens, manifestações populares, culinária, linguagem, cultos, festas, danças, músicas populares, lendas e tradições materiais quanto imateriais, portanto, as técnicas da diversidade cultural só se conservarão, se vivenciadas pelas pessoas que incentivem suas comunidades locais, em condições benéficas, com garantias de conservação e liberdade. Ou seja, a razão patrimonial apreciada à condição política de gerência sobre as coisas e pessoas, necessita do padrão de integração social no nível da abstração simbólica.

Frente a essa condição do patrimônio cultural, a memória coletiva se constrói. Ela se faz no cotidiano, mediada pelo contexto material e imaterial dos sujeitos. Os possíveis da memória coletiva são intrínsecos aos modos de ser, os quais se vinculam aos agenciamentos coletivos. É possível inferir que os processos de reterritorialização, em Altamira, produzidos não apenas pelos processos de realocação dos indivíduos, mas também pelos novos e múltiplos encontros que a UHE de Belo Monte trouxe à cidade, reconfiguram as memórias e aquilo que os sujeitos concebem como elementos patrimoniais.

Esta pesquisa não teve por objetivo esgotar o debate sobre patrimônio cultural e memória coletiva, em Altamira-PA, de modo que um dos limites que pode ser citado é o número de sujeitos-participantes. Assim, sugerimos que, em investigações futuras sobre o tema, seja realizada a ampliação do número de participantes ou um recorte mais específico de sujeitos, a fim de visibilizar novos processos de territorialização vivenciados por outros grupos, de maneira mais particular.

Referências

AGUILAR PINTO, A. A patrimonialização da memória social: uma forma de domesticação política das memórias dissidentes ou indígenas?. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo/RS, v. 47, n. 3, p. 273-283, set. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/csu.2011.47.3.10>. Acesso em: 17 mar. 2015.

BENGIO, F. C. S. A cidade subjetiva patrimonializada e a construção de uma política da afetividade. **Resgate - Rev. Interdiscip. Cult.**, Campinas-SP, v. 31, p. 1-31, mai. 2023. Disponível em: <DOI: 10.20396/resgate.v31i00.8667412>. Acesso em: 22 mai. 2023.

BERMANN, C. O projeto da usina hidrelétrica Belo monte: a autocracia energética como paradigma. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 15, n. 1, p. 5- 23, jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5801/ncn.v15i1.895>. Acesso em: 15 set. 2016.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 221 p.

COSTA, M. L; CASTRO, R. V. Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias? **Estudos de Psicologia**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 125-131, ago. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2008000200004>. Acesso em: 15 set. 2016.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010. 272 p.

FEARNSIDE, P. A vulnerabilidade da floresta amazônica perante as mudanças climáticas. **Oecologia Brasiliensis**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 609-618, dez. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.4257/oeco.2009.1304.05>. Acesso em: 05 jan. 2020.

FERREIRA-NETO, J. L. Pesquisa e metodologia em Michel Foucault. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 411-420, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-37722015032191410042O>. Acesso em: 15 set. 2016.

FLEURY, L. C; ALMEIDA, J. A construção da hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. **Ambiente & Sociedad**e, São Paulo, v. XVI, n. 4, p.141-158, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/bzmFrBhVYLhJXQcbcQKB8XN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 maio 2021.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 239-250.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. 382 p.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. 236 p.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2015. 432 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GUERRA, T. P. Licenciamento ambiental e os impactos nas edificações da zona central histórica de Altamira, Pará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE IMPACTO, 2., 2014, Ouro Preto. **Anais...** Os novos rumos da avaliação. São Paulo: Associação Brasileira de Avaliação de Impacto, 2014. Disponível em: <https://avaliacaodeimpacto.org.br/anais-do-congresso-brasileiro-de-avaliacao-de-impacto-cbai14/>. Acesso em: 21 maio 2021.

GUATTARI, F. **Caosmose**: um novo paradigma estético. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012. 185 p.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Vértice, 1968. 222 p.

LE GOFF, J. Documento/monumento. In: LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 2003. p. 462-549.

MANZINI, E. J. .A Entrevista Na Pesquisa Social. **Didática**, Marília-SP, v. 26/27, p. 149-158, 1991. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Entrevista_na_pesquisa_social.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2023.

MAGALHÃES, A. F. **A Construção do Patrimônio Cultural Imaterial nas Políticas de Preservação em Minas Gerais**. 2006. 150 f. Dissertação (Mestrado Psicologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MIRANDA NETO, J. Q. Grandes projetos e a "janela imobiliária": a estratégia espacial das incorporadoras em Altamira-PA durante a construção da UHE Belo Monte.

InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade, Grajaú/MA, v. 9, n. especial, p. 01-21, jan. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2446-6549.e2023.10>. Acesso em: 11 fev. 2023.

NASCIMENTO, N. F. **A cidade lembrada**: um estudo sobre a memória subjetiva e social. 2011. 426 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PELEGRINI, S. C.A; FUNARI, P. P. **O que é patrimônio cultural imaterial?** São Paulo: Brasiliense, 2008. 111 p.

THIRY-CHERQUES, H. À moda de Foucault: um exame das estratégias arqueológica e genealógica de investigação. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, Rio Grande, v. 81, p. 215-248, maio 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452010000300009>. Acesso em: 30 jul. 2015.

UNESCO. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris: UNESCO, 2003.

VOGT, O. P. Patrimônio cultural: um conceito em construção. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 7, n. 13, p. 13-31, jun. 2008. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/687/498>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ZANIRATO, S. H. et al. Patrimônio cultural: saberes e fazeres no discurso cultural-epistemológico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 35, n. 103, p. 255-270, dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35103.014>. Acesso em: 25 nov. 2022.

Entrevistas:

Participante da pesquisa S1. [Entrevista concedida a] Samantha Kethely Andrade Santos e Daniela Barbosa de Sousa. Altamira-PA, abr. 2022. Arquivo pessoal.

Participante da pesquisa S2. [Entrevista concedida a]. Samantha Kethely Andrade Santos e Daniela Barbosa de Sousa. Altamira-PA, abr. 2022. Arquivo pessoal.

Participante da pesquisa S3. [Entrevista concedida a] Samantha Kethely Andrade Santos e Daniela Barbosa de Sousa. Altamira-PA, abr. 2022. Arquivo pessoal.

Participante da pesquisa S4. [Entrevista concedida a] Samantha Kethely Andrade Santos e Daniela Barbosa de Sousa. Altamira-PA, maio 2022. Arquivo pessoal.

Participante da pesquisa S5. [Entrevista concedida a] Samantha Kethely Andrade Santos e Daniela Barbosa de Sousa. Altamira-PA, maio 2022. Arquivo pessoal.

Participante da pesquisa S6. [Entrevista concedida a] Samantha Kethely Andrade Santos e Daniela Barbosa de Sousa. Altamira-PA, maio 2022. Arquivo pessoal.

Como citar:

ABNT

BENGIO, F. C dos S.; SANTOS, S. K. A.; SOUSA, D. B. de. Patrimônio cultural e memória coletiva em Altamira-PA. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 10, n. 01, e20955, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e20955>. Acesso em: 04 mar. 2025.

APA

Bengio, F. C dos S., Santos, S. K. A., & Sousa, D. B. de. Patrimônio cultural e memória coletiva em Altamira-PA. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, *v. 10, n. 01,* e20955, 2024. Recuperado em 04 março, 2025, de http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e20955

This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.
Copyright © 2025, Universidade Federal do Maranhão.